

A Europa Vista do Sahel Atlântico

André Corsino Tolentino

Doutoramento, Ciências da Educação

A Europa pode ser vista sob diversos ângulos, de dentro para fora, da terra, do mar e do ar. É também observável enquanto unidade geográfica e segundo os pontos cardeais. De Norte para Sul, do frio da Noruega ao calor da Grécia; do mar Kama, nos Montes Urais, à costa ocidental da Islândia, onde o gelo e o fogo coabitam em beleza. Porém, nem no plano físico a realidade é tão simples. As Canárias (Espanha), os Açores e a Madeira (Portugal), as ilhas Feroe (Dinamarca), Gibraltar, Guernsey, Man e Jersey (Reino Unido) são também Europa. A estas dependências há que juntar as possessões francesas de Guadalupe, Guiana, Martinica e Reunião, que constituem com as Canárias, os Açores e a Madeira as sete regiões ultraperiféricas (RUP) da Europa. Até aqui tudo bem. É quando se invoca a Rússia euro-asiática, o Azerbaijão, o Kazaquistão, a Geórgia ou a Turquia, com parte do seu território situado no velho continente, que a realidade começa a complicar-se. Sim, se Chipre é europeu, não pela geografia mas pela cultura, a história e a política, que dizer da Arménia e da Turquia?

A afirmação do presidente francês Nicolas Sarkozy segundo a qual a Turquia não é Europa, porque fica na Ásia Menor, não é suficiente. Não à luz dos critérios geográficos, culturais e históricos vistos até agora, se a Turquia não é inteira e exclusivamente europeia, no mínimo também o é. Ser ou não ser membro da União Europeia é questão de natureza política.

Ora, se não existe um entendimento comum sobre a geografia, que será da definição da Europa política de hoje e da sua projecção no futuro das relações internas e com os outros? Cinquenta Estados, 27 dos quais são membros da União Europeia, um resultado verdadeiramente prodigioso de uma evolução acelerada do embrião formado em 1957, há apenas meio século, pelo grupo dos seis magníficos: Bélgica, Holanda, Itália, França, Luxemburgo e República Federal da Alemanha. Como no passado, a Europa não é uma entidade meramente geográfica, histórica, cultural ou demográfica. É isto tudo ao longo do tempo e em proporções variáveis mais um certo estado de espírito, um sentimento de pertença. Não é somente a península euro-asiática, porque se promoveu a continente e ninguém lhe contesta este estatuto. Com cerca de 700 milhões de habitantes, é o segundo continente mais povoado e aquele com mais habitantes por quilómetro quadrado. É também aquele que combina a peculiaridade da população mais envelhecida com a oportunidade dos maiores fluxos de imigrantes da Ásia, África e América.

Qual é então o problema? Os países emergentes como a China, a Índia, o Brasil e a África do Sul fazem falar deles porque disputam espaço no mercado global e reivindicam voz igual nas relações internacionais, designadamente por via da reforma do sistema das Nações Unidas; a guerra do Iraque relança o velho debate sobre a natureza das relações entre a Europa e os Estados Unidos da América, impropriamente chamadas relações transatlânticas, como se nada mais houvesse em ambas as margens do oceano; uma hipotética segunda cimeira Europa-África lá para os finais de Dezembro, durante a presidência portuguesa da União, cria grandes expectativas, talvez com pequenos fundamentos.

Estas novas circunstâncias e esperanças aumentaram a necessidade de perceber a Europa de hoje, como ela se define e como ela se posiciona em relação aos outros continentes, culturas e civilizações. Neste contexto, pretendo apresentar uma percepção da Europa construída a partir de Cabo Verde, nação de reduzidas dimensões, insular, saheliana, atlântica, soberana e, caso inédito, um produto atípico e positivo da expansão europeia e consequente tráfico negreiro transoceânico dos séculos XV-XVIII.

Há três maneiras de perceber a Europa: (i) guiar-se pelos interesses conjunturais do Estado-Nação e critérios geoestratégicos de conveniência imediata; (ii) articular os factores geografia, história e cultura com valores republicanos de liberdade, igualdade e fraternidade, centrando-a na construção de uma cidadania efectiva; (iii) adoptar o princípio humanista da alteridade e caminhar na direcção da cooperação conciliando a defesa e a promoção dos interesses individuais e típicos do Estado-Nação com a salvaguarda do ambiente, a saúde, a paz e a segurança, bons exemplos do bem público mundial.

Uma boa combinação de realismo e sonho, estratégia e humanismo, interesse nacional e visão mundial pode levar a uma definição da Europa compatível com a esperança num índice progressivo de felicidade com generosidade. Esta Europa será a intersecção dos factores geografia, cultura, história, política e percepção do futuro comum. Por outro lado, a entidade emergente abandonará preferências religiosas, políticas e culturais tradicionais para optar pelo tratamento igual de todas as culturas e civilizações.

A aceitação destas duas regras básicas terá como corolários: a) a inclusão progressiva, quando tal vontade manifestarem, dos Estados europeus transcontinentais como a Rússia, o Azerbaijão, o Kazaquistão, a Geórgia e a Turquia; b) o crescimento gradual e seguro da autonomia europeia em relação aos Estados Unidos da América no sentido de substituir o paradigma dominante de confrontação e choque característico da Guerra Fria pelo paradigma do diálogo e da aliança de civilizações; c) a revisão dos fundamentos teóricos e práticos do modelo europeu de cooperação para o desenvolvimento, que é, obviamente, ineficiente e tende a eternizar; d) a clarificação da natureza do relacionamento com os vizinhos que, não sendo ultraperiféricos, partilham valores, interesses e circunstâncias que recomendam enquadramento especial.

Incluem-se neste último grupo a cadeia de ilhas atlânticas, dos Açores às Malvinas pela simples razão de terem funcionado e poderem vir a funcionar como interfaces de um jogo de soma positiva entre os continentes europeu, africano e americano. Neste sentido, atenção particular deverá merecer Cabo Verde, por diversas razões, entre as quais: (i) ser um país soberano africano, histórica e culturalmente ligado aos continentes europeu e americano; (ii) manter vivas as tradições que se renovam constantemente através do comércio, da emigração e do turismo; (iii) manter ao longo do tempo a posição de interface para o bem ou para o mal, que lhe permitiu ser ponto de apoio ao tráfico de seres humanos, animais e plantas, criação e expansão de novas línguas e culturas, entreposto comercial e, também, recentemente, da lavagem de dinheiro, tráfico de droga, de armas, e até de seres humanos.

Além das ilhas atlânticas, uma espécie de interface natural e humano entre o conjunto Europa – África, por um lado, e todo o continente americano, por outro, os países a sul do Mediterrâneo impõem-se como parceiros especiais, também por motivos históricos, culturais e políticos conhecidos e facilmente identificáveis. Embora sem descurar a segurança, é preciso afirmar claramente que, tanto em relação a este grupo de países, como a qualquer outro vizinho, a Europa conceber o modelo de relacionamento motivado pela desconfiança é um absurdo que custará sempre muito caro. Europa é Europa, África é África e ambas estão vocacionadas para cooperar no Mediterrâneo.

Por último, uma visão de conjuntura pobremente pragmática, egoísta e focalizada, com mais ou menos sinceridade na partilha das vantagens resultantes de entendimentos mais ou menos perversos entre a União Europeia e os Estados Unidos da América, em nome de um bom relacionamento transatlântico contra os interesses da Rússia e dos países emergentes como o Brasil, a China e a Índia, é susceptível de promover um perturbador regresso à Guerra Fria. O atoleiro do Iraque deverá alertar os cidadãos europeus e americanos para os graves riscos de cumplicidades tão automáticas quanto ilegítimas, como foram aquelas que motivaram a invasão e a destruição do Iraque com base em pura mentira e sem caução de quaisquer órgãos internacionais representativos.

Uma atitude mais crítica e mais justa sugere alianças baseadas não nos velhos critérios de raça, língua, religião e nível de desenvolvimento para promover interesses de natureza colonial, mas sim em valores económicos, éticos e estéticos que, contrariamente ao que frequentemente se diz, são compatíveis com o uso eficiente dos recursos. A Europa deve discutir com África de forma autónoma. Por outro lado, no que diz respeito às chamadas relações transatlânticas quando interesses comuns estiverem em causa, será mais eficaz discutir a três do que utilizar a velha tradição de a Europa ir falar com os Estados Unidos e vice-versa em nome da África, ainda muito frequentemente tratada como mero objecto de troca.

Em síntese: (i) a União Europeia precisa de robustecer a sua legitimidade para redefinir a Europa, integrando os actuais Estados europeus transcontinentais, tais como a Rússia, o Azerbaijão, o Kazaquistão, a Geórgia e a Turquia; (ii) a Europa redefinida constituirá uma região mais forte e mais capaz de desempenhar um papel crucial no processo de globalização com o uso mais eficiente dos recursos disponíveis e a inventar para as gerações presentes e futuras; (iii) a destrinça inequívoca entre o que é e o que não é Europa fará ganhar tempo, capital e credibilidade para aplicar num modelo renovado de relacionamento com os vizinhos da Europa, designadamente as ilhas atlânticas, o sul do Mediterrâneo e o continente africano; (iv) uma região europeia mais forte e mais autónoma será factor impulsor de prosperidade e justiça na globalização; (v) o relacionamento especial entre a Europa e a África requer mais autonomia da Europa em relação às políticas hegemónicas dos EUA e de África em relação à pesada herança colonial. As ilhas periféricas formam um conjunto maior do que as actuais regiões ultraperiféricas da Europa e encerram um potencial de aproximação intercontinental mais do que proporcional às suas dimensões físicas, económicas e demográficas.